

Boletim Observatório de África Nº73

Julho/Agosto 2018

- Cimeira da CPLP em Cabo Verde
- Cimeira da União Africana
- Eleições Gerais no Zimbabué
- Paul Biya Anuncia Recandidatura
- Cimeira dos BRICS Aposta em África
- Bemba Regressa à RDC
- Governo Moçambicano e RENAMO Chegam a Acordo
- Crescimento Demográfico e Migrações em África
- Acordo Paz no Sudão do Sul

Cimeira da CPLP em Cabo Verde

Teve lugar, em julho, na Ilha do Sal, Cabo Verde, a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) subordinada ao tema da Cultura, Pessoas e Oceanos. Esta cimeira assinalou o fim da presidência brasileira da organização e a sua transferência para Cabo Verde que ocupará este lugar durante os próximos dois anos.

Esta cimeira ficou marcada, pela positiva, pela presença de oito dos nove Chefes de Estado dos países membros, só não esteve presente o Presidente timorense, Francisco Guterres Lu-Olo. A grande novidade foi a participação do Presidente angolano, João Lourenço, uma vez que o seu antecessor, José Eduardo dos Santos, nem sempre esteve presente nestas cimeiras.

Um dos temas centrais desta cimeira foi a questão da mobilidade de cidadãos entre os estados membros.

Apesar da vontade política, a materialização, a curto prazo, deste objetivo é de difícil concretização devido, por um lado, aos compromissos internacionais que vários estados assumiram no âmbito do controlo das suas fronteiras e, por outro, porque há estados cujas instituições ainda apresentam fragilidades quer no âmbito do controlo documental, quer no combate aos crimes transnacionais.

O que os estados membros discutiram foi uma proposta conjunta de Cabo Verde e de Portugal que incidia, sobretudo, na criação de algumas facilidades para a obtenção de vistos de residência para os cidadãos dos estados membros.

Face às limitações existentes, ponderou-se a possibilidade de se avançar em momentos diferentes para cada país.

Neste capítulo, Angola anunciou que já deu alguns passos e aboliu, por exemplo, os vistos em passaportes ordinários com Cabo Verde e Moçambique e simplificou o processo de aquisição de vistos para os cidadãos dos restantes estados membros.

São Tomé e Príncipe referiu os progressos feitos nesta matéria, nomeadamente, a decisão de isentar de vistos todos os cidadãos da CPLP que visitem o país por períodos inferiores a 15 dias, período que poderá, em breve, ser alargado para os 6 meses. Por outro lado, o Governo decidiu atribuir a nacionalidade santomense a todos os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que se encontravam no país a 12 de julho de 1975, data da independência de São Tomé e Príncipe.

A questão dos direitos humanos foi outro dos assuntos que a presidência cabo-verdiana quis destacar durante esta cimeira, particularmente o caso da Guiné Equatorial, país que continua a ter a pena de morte no seu ordenamento jurídico.

Outro tema que mereceu a atenção dos Chefes de Estado e de Governo foi a escolha do país que deverá assumir a presidência da organização a seguir a Cabo Verde. Até agora, a questão da rotação da presidência da CPLP foi decidida por consenso. Desta vez, no entanto, a Guiné Equatorial antecipou-se e anunciou, publicamente, que estava disponível para receber a presidência da organização em 2020.

Este anúncio por parte do governo de Malabo, para além de apanhar grande parte dos estados membros de surpresa, não deixou de causar algum incómodo devido não só à natureza do regime de equato-guineense, mas também devido à inexistência de quadros técnicos que dominem o português de modo a puderem preparar as inúmeras reuniões que uma presidência implica.

O argumento utilizado para convencer a Guiné Equatorial a desistir desta candidatura foi o de ter apenas aderido há quatro anos à organização e de necessitar de mais algum tempo de experiência para poder assumir a presidência. Para reforçar este

argumentário, o caso de Timor Leste foi utilizado. Tendo aderido em 2002, Timor Leste só assumiu, pela primeira vez, a presidência da CPLP em 2014.

A questão ficou finalmente ultrapassada quando Angola anunciou, durante a Cimeira do Sal, a sua disponibilidade para assumir a presidência em 2020.

Nesta cimeira foi também abordado o nome do novo Secretário Executivo da CPLP que deverá substituir a atual Secretária Executiva, Maria do Carmo Silveira, a partir de 1 de janeiro de 2019.

A questão do novo Secretário Executivo da CPLP, a indicar por Portugal, ficou decidido durante a cimeira, com os estados membros a aprovarem, por unanimidade, o nome do Embaixador português Francisco Ribeiro Teles para o cargo.

Com uma longa experiência em países da CPLP, onde desempenhou o cargo de Embaixador de Portugal em Cabo Verde, Angola e Brasil, tendo acompanhado, igualmente, as negociações entre Portugal e a Indonésia, que levaram à independência de Timor-Leste, Francisco Ribeiro Teles irá ocupar, a partir de janeiro de 2019, por um prazo de dois anos, o cargo de Secretário Executivo.

A escolha de Ribeiro Teles pôs um ponto final na polémica surgida a propósito da substituição do anterior Secretário Executivo Murade Muragy. Nessa altura, e pela regra da rotação deveria ter cabido a Portugal indicar um nome. No entanto, vários países puseram em causa essa possibilidade referindo a regra, não escrita, que o país que acolhe a sede da CPLP não deveria indicar um Secretário Executivo. A solução de compromisso encontrada foi a divisão do tempo do mandato, 4 anos, do novo Secretário Executivo entre São Tomé e Príncipe e Portugal.

Outra das questões abordadas pelos Chefes de Estado e de Governo foi o futuro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), o qual tem a sua sede na Cidade da Praia. O IILP enfrenta sérios problemas financeiros. Com um orçamento anual de 300 mil euros, acumula, atualmente, uma dívida na ordem dos 800 mil euros. Um instrumento que deveria ser central na divulgação internacional da língua portuguesa encontra-se praticamente paralisado com a falta de recursos financeiros e humanos para desempenhar a sua missão.

Para enfrentar esta situação, foi discutida a possibilidade de se procurarem outras fontes de financiamento para o IILP para além das quotas dos estados membros, as quais nem sempre são pagas por todos. A possibilidade do IILP ser extinto e as suas competências serem integradas na estrutura da CPLP voltou a ser abordada, embora a maioria dos estados membros não apoie essa hipótese.

A Cimeira do Sal ficou marcada também pela admissão do Reino Unido, França, Itália, Andorra, Luxemburgo, Sérvia, Argentina, Chile e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura como observadores associados da CPLP.

Estes novos observadores associados vêm-se juntar à Geórgia, à Namíbia, à Turquia, e ao Japão, que aderiram em 2014, e à Hungria, à República Checa, à República Eslovaca e ao Uruguai, que aderiram na Cimeira da CPLP de 2016. Os pedidos de adesão ao estatuto de observador são uma prova inequívoca do interesse crescente que a CPLP desperta a nível internacional.

Cimeira da União Africana

Decorreu em julho na capital da Mauritânia, Nouakchott, a XXXI Cimeira da União Africana (UA), a qual teve como principais temas os conflitos em curso no continente, nomeadamente, no Sudão do Sul, na Somália, na Líbia, no Sara Ocidental e a instabilidade na região congoleza do Kasai, e a questão do financiamento da organização. Apesar da atualidade do tema, a questão da imigração de africanos para a Europa ficou de fora do programa da cimeira.

Esta cimeira contou com a presença do Presidente francês Emmanuel Macron que aproveitou este encontro para debater com os seus homólogos do G5 Sahel (Mauritânia, Burkina Faso, Mali, Níger e Chade) o aumento da força conjunta colocada em marcha por esta organização, com sede em Nouakchott, na luta contra o terrorismo.

A ideia inicial era que esta força fosse financiada em 75% por fundos oriundos da comunidade internacional. Apesar dos esforços franceses, essa meta ainda não foi alcançada e a força tarda em estar totalmente operacional.

A situação de segurança no Sahel mantém-se muito preocupante. Poucos dias antes do início da Cimeira da UA, um bombista suicida matou dois soldados e um civil no ataque ao quartel-general da força do G5, na cidade de Sevare, no Mali.

No campo económico, a Cimeira da UA debateu o relatório sobre a reforma institucional da organização apresentado pelo Presidente do Ruanda, Paul Kagame, a qual visa, entre outros aspetos, uma maior autonomia financeira da organização, de modo a garantir uma maior liberdade de atuação que esteja menos dependente das ajudas financeiras externas.

Os estados membros aprovaram, durante a Cimeira de Nouakchott, o orçamento para 2019, o qual prevê cortes de 12% relativamente a 2018. No próximo ano, o orçamento da UA será de 681.5 MUSD. O objetivo destas reduções é que o Continente seja capaz de financiar, até 2021, a totalidade do orçamento da UA sem depender de fontes externas.

As verbas previstas para o orçamento de 2019 serão distribuídas da seguinte maneira: 161,4 MUSD serão destinados ao funcionamento da organização; 252,8 MUSD irão para o financiamento de projetos e 273,3 MUSD serão destinados para as operações de paz. O orçamento de 2019 será financiado em 46% por contribuições de estados membros, enquanto os restantes 54% virão de parceiros externos. Estes números já são uma clara melhoria em relação a 2018 em que 70% do orçamento dependeu de fontes externas.

Também ao nível económico, voltou a ser debatida a proposta de criação de uma zona de comércio livre, apresentada oficialmente em março passado em Kigali. Durante a Cimeira de Nouakchott, e com a assinatura por parte da África do Sul, Namíbia, Burundi, Lesoto e Serra Leoa, subiu para 49 o número de estados que assinaram o documento de criação da zona de comércio livre.

Apesar disto, até ao momento, apenas seis países ratificaram este documento, e, por outro lado, persistem as resistências de alguns estados membros, nomeadamente da Nigéria, em relação à criação desta zona de comércio livre.

Uma novidade que surgiu nesta Cimeira foi o anúncio da criação de uma agência de desenvolvimento da União Africana, cujos estatutos deverão ser submetidos pela

Comissão da União Africana aos estados membros na cimeira da UA de janeiro de 2019.

Eleições no Zimbabué

Realizaram-se a 30 de julho as eleições gerais no Zimbabué. A realização destas eleições tinha sido uma promessa do Presidente interino, Emmerson Mnangagwa, após ter substituído, em novembro passado, Robert Mugabe.

Apesar de se apresentarem 20 candidatos às eleições presidenciais, só dois, Emmerson Mnangagwa e Nelson Chamisa, tinham reais hipóteses de vencer.

Nestas eleições, Mnangagwa liderou a lista da União Nacional Africana do Zimbabué - Frente Patriótica (ZANU-PF), partido que está no poder desde a independência do país em 1980.

Tal como sucedeu nos últimos atos eleitorais, o principal opositor da ZANU-PF foi o Movimento para a Mudança Democrática (MDC). A grande inovação deste partido, à semelhança da ZANU-PF, é que já não é liderado pelo seu líder histórico, Morgan Tsvangirai, mas sim por Nelson Chamisa.

Nestas eleições Chamisa liderou a Aliança MDC, movimento criado em 2017 e que congregou sete partidos que se uniram com o objetivo de enfrentarem, em conjunto, a ZANU-PF.

Chamisa, de 40 anos, foi membro da juventude do MDC e depois foi assumindo, progressivamente, postos mais importantes dentro do partido. Entre 2009 e 2013 fez parte do governo de unidade nacional ocupando, por designação do MDC, a pasta de Ministro da Informação, Comunicações e Tecnologia. Quando Tsvangirai morreu, em fevereiro passado, Chamisa foi nomeado seu sucessor.

O objetivo de Mnangagwa com estas eleições era o de dar uma imagem internacional diferente do Zimbabué. Para tal, procurou promover umas eleições livres e transparentes, facilitando a presença de missões de observação internacional, o que permitiu a presença de 600 observadores internacionais, incluindo 140 oriundos da UE.

A necessidade de dar uma nova imagem do país prende-se com a intenção de cativar o apoio internacional, quer seja através de investimentos privados, quer seja através de apoios de organismos multilaterais para o desenvolvimento do país. Paralelamente, através desta eleição Mnangagwa, que substituiu Mugabe a título provisório, precisava de uma vitória clara para se legitimar internamente.

A normalidade eleitoral era necessária para que o país pudesse iniciar um processo de recuperação económica capaz de melhorar as condições de vida da população. Apesar das riquezas naturais, 85% da população não tem emprego no setor formal da economia.

Independentemente do novo discurso político, para muitos opositores ao regime de Mugabe, estas alterações poderão ser apenas aparentes. As dúvidas surgiram logo devido à forte ligação que Mnangagwa manteve com Mugabe, de quem foi o responsável pela área da segurança no governo. Por outro lado, as sondagens davam a entender que a luta nas presidenciais, entre Mnangagwa e Chamisa, iria ser muito renhida, o que poderia pôr a máquina da ZANU-PF em campo para condicionar ou alterar os resultados finais.

O facto dos zimbabueanos no exterior, cerca de 5 milhões, não poderem votar, era uma limitação para a oposição, pois a grande maioria deles, se o pudesse fazer, iria apoiar o MDC. O governo argumentou não dispor de meios financeiros para alargar as eleições aos principais países onde residiam os emigrantes zimbabueanos.

No entanto, apesar destas dúvidas, a oposição reconheceu que o ambiente eleitoral era diferente dos tempos de Mugabe. Desta vez, a oposição foi capaz de fazer campanha eleitoral nos redutos rurais da ZANU-PF e não ficou confinada, como no passado, às zonas urbanas que, tradicionalmente, lhe eram mais favoráveis.

O ato eleitoral registou uma elevada participação, mais de 75% dos eleitores registados votaram. Apesar de algumas irregularidades detetadas pelas missões de observação eleitoral, nas quais se incluíram, pela primeira vez desde as eleições de 2000, observadores europeus e norte-americanos, o processo decorreu, de uma forma geral, bem.

Face à enorme expectativa de vitória da oposição, nomeadamente nas eleições presidenciais, a divulgação dos primeiros resultados das eleições legislativas, que

deram a vitória por maioria absoluta à ZANU-PF, lançaram o país numa onda de instabilidade com confrontos entre as forças de segurança e os apoiantes do MDC.

Após alguns dias de tensão, a Comissão Eleitoral do Zimbabwe anunciou os resultados finais. Em relação às eleições legislativas o vencedor foi a ZANU-PF que obteve 145 dos 210 deputados. Em segundo lugar ficou a Aliança MDC que obteve 63 deputados. Os restantes dois deputados foram divididos entre um pequeno partido, o National Patriotic Front (NPF), e um independente.

O resultado mais esperado era o das eleições presidenciais. A vitória coube a Emmerson Mnangagwa que obteve 50,8% dos votos contra os 44,3% de Nelson Chamisa. Os restantes votos foram repartidos pelos outros 18 candidatos. Com este resultado, e ao contrário do que era esperado, especialmente pela oposição, Mnangagwa conseguiu ser eleito à primeira volta.

O MDC rejeitou os resultados e prometeu contestá-los na Justiça. Segundo o maior partido da oposição, a divulgação dos resultados pela Comissão Eleitoral do Zimbabwe não respeitou a necessária verificação dos mesmos pelos membros das diversas candidaturas.

[Paul Biya Anuncia Recandidatura](#)

O Presidente de Camarões, Paul Biya, anunciou, em julho, que será candidato às eleições presidenciais previstas para 7 de outubro. Biya, que está no poder há 35 anos, tem vindo a enfrentar crescentes problemas de segurança no seu país.

Por um lado, os Camarões estão sujeitos, cada vez mais, aos ataques do grupo jihadista nigeriano Boko Haram cuja presença no norte do país é hoje uma realidade, contando com crescentes apoios internos, devido ao descontentamento com a governação de Biya.

Por outro lado, Biya enfrenta a crescente contestação interna oriunda das regiões anglófonas do país. Os Camarões foram uma colónia britânica e francesa até 1960, altura em que se tornou independente e instaurou um Estado federal até à realização de um referendo em 1972 que o unificou a zona anglófona e a zona francófona.

Apesar do discurso oficial de igualdade entre as duas comunidades, na verdade, a parte anglófona do país tem sido marginalizada ao nível da distribuição de benefícios. Esta marginalização foi provocando um crescente sentimento de frustração na parte anglófona do país. Este sentimento deu lugar ao aparecimento de um movimento separatista que, a partir de 2017, iniciou um série de ataques contra as forças de segurança e serviços do estado central.

A oposição tinha apelado ao Presidente Biya, que tem 84 anos, para que não se recandidatasse nas eleições presidenciais de 2018. Em 2008, a constituição camaronesa foi revista para acabar com os limites dos mandatos presidenciais, o que permitiu a Biya voltar recandidatar-se nas eleições de 2011.

Para além Biya, já são conhecidos outros candidatos às próximas eleições, nomeadamente, Joshua Osih, da Frente Democrática Social, principal partido da oposição, também o vice-presidente local da organização Transparência Internacional, Akere Muna, e o presidente do partido Movimento para a Renascença dos Camarões, Maurice Kamto.

Cimeira dos BRICS Aposta em África

Decorreu a 25 de julho, em Joanesburgo, a X Cimeira dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sob o tema da Colaboração para o Crescimento Inclusivo e Prosperidade Partilhada na 4.^a Revolução Industrial. Esta cimeira contou, como convidados, com a presença de vários Chefes de Estado africanos, nomeadamente, de Angola, Moçambique, Namíbia, Gabão, Senegal, Uganda, Togo e do Ruanda.

A importância dos BRICS é bem visível nos números que representa. Em 2017, a participação destes países na economia global foi de 23,6% e em 2022 estima-se que este valor atinja, segundo o Fundo Monetário Internacional, uma quota de 26,8%. Em termos populacionais, o conjunto destes países representam cerca de 40% da população mundial.

Face ao poderio económico dos membros dos BRICS, houve sempre a dúvida em relação à participação de África neste grupo. A inclusão africana entende-se a partir do momento que o objetivo é o de abranger as mais importantes regiões de mundo, fora do espaço europeu e norte-americano, razão pela qual a África do Sul foi admitida em abril de 2011.

Embora a presença africana seja justificável também pela importância dos seus recursos naturais e humanos, não é claro o motivo pelo qual o representante deste continente tivesse que ser a África do Sul e não a Nigéria. Embora a Nigéria tenha uma economia maior que a sul-africana, a verdade é que os seus problemas internos fazem deste país um parceiro mais instável.

Para a África do Sul esta cimeira foi um momento importante para que o novo Presidente, Cyril Ramaphosa, pudesse recuperar a imagem da África do Sul como uma das grandes potências africanas. Abalada por uma crise económica e instabilidade política durante a presidência de Jacob Zuma, a África do Sul precisava de cativar os países do BRICS de modo a obter novos investimentos estrangeiros para apoiar a recuperação da economia.

Os sul-africanos apostam nos BRICS para promover projetos nas áreas das infraestruturas, saúde, energia e empoderamento das mulheres, sendo que o apoio chinês é fundamental.

A ser bem-sucedido este objetivo, também a imagem de Ramaphosa sairá reforçada, externamente. Mas, internamente este eventual sucesso também é importante para Ramaphosa à medida que se aproximam as próximas eleições gerais no país, previstas para maio de 2019.

[Bemba Regressa à RDC](#)

Com eleições presidenciais previstas para 23 de dezembro próximo, a situação política na República Democrática do Congo (RDC) foi agitada com o regresso ao país do antigo Vice-presidente Jean Pierre Bemba.

Quando muitos julgavam que Bemba estava politicamente acabado, ele conseguiu regressar ao país envolvido num clima de grande euforia por parte dos seus apoiantes reunidos à volta do Movimento de Libertação do Congo (MLC).

Bemba tinha sido condenado, em 2016, a 18 anos de prisão pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) devido ao alegado envolvimento, em 2003, de tropas sob o seu controlo em crimes cometidos contra a humanidade na República Centro Africana (RCA). Bemba teria enviado membros do seu partido, o MLC, em apoio ao

Presidente Félix Patassé, face a uma tentativa de golpe de estado liderado pelo General François Bozizé.

Face aos recursos interpostos pela defesa de Bemba, o TIJ reconheceu que não era possível atribuir ao então Vice-presidente da RDC a responsabilidade pelos crimes cometidos na RCA. Por outro lado, no julgamento não foram levados em consideração os esforços de Bemba para impedir os crimes de guerra que foram cometidos. Esta nova análise dos factos levou à decisão de o libertar e permitir que regressasse ao seu país.

Jean Pierre Bemba é oriundo de uma família muito próxima do antigo Presidente zairese Mobutu Sese Seko, tendo lucrado financeiramente com esta proximidade. Com o afastamento de Mobutu, a RDC entrou numa fase de conflito aberto entre vários grupos armados. Bemba criou, em 1998, o MLC, o qual conseguiu controlar partes importantes do país, nomeadamente, as províncias Oriental e Equador.

Para terminar com a instabilidade no país, foi alcançado um acordo que previa a criação de um governo de união nacional e a criação de quatro vice-presidências para os líderes dos principais movimentos. Bemba assumiu uma dessas vice-presidências e Joseph Kabila assumiu a Presidência do país, mas as relações entre os dois nunca foram pacíficas. Mas, este acordo permitiu a realização, em 2006, das primeiras eleições democráticas na RDC.

Nas eleições presidenciais de 2006, Bemba foi derrotado por Kabila. Depois de ter sofrido dois atentados, Bemba fugiu da RDC, refugiando-se, primeiro em Portugal, e depois na Bélgica onde seria detido em 2008 e enviado ao TIJ sob a acusação de crimes contra a humanidade.

Logo após a sua libertação, Bemba regressou à RDC, anunciando que será candidato às eleições presidenciais de dezembro próximo.

Impedido de se voltar a recandidatar novamente, devido ao limite de mandatos presidenciais, o atual Presidente Joseph Kabila terá que se afastar. Porém, Kabila já deveria ter abandonado o cargo e as eleições já se deveriam ter realizado em dezembro de 2016. Por isso, os apoiantes de Bemba temem que o atual Presidente tente alguma manobra de última hora que lhe permita voltar a candidatar-se ou adiar as eleições.

Para além de Bemba, as próximas eleições presidenciais congoleesas poderão contar com outra figura de destaque da oposição, Mosie Katumbi. Devido a divergências com Kabila, Katumbi, que chegou a ser governador da emblemática província do Katanga, vive no exílio na Bélgica desde 2016.

Apesar da sua intenção de regressar ao país para formalizar a sua candidatura, Katumbi corre o risco de ser, imediatamente, preso se voltar à RDC. Sobre ele pende uma acusação de apropriação indevida de bens.

Sem a hipótese de concorrer a um novo mandato, a grande incógnita na fase pré eleitoral era saber quem seria o candidato oficial do partido de Kabila. Após vários meses de indefinição, e na data limite para a apresentação das candidaturas, o antigo Ministro do Interior, Emmanuel Ramazani Shadary, do Partido Popular pela Reconstrução e Democracia (PPRD), foi apresentado como candidato da coligação Frente Comum para o Congo às eleições presidenciais de 23 de dezembro.

Com o anúncio da candidatura de Ramazani Shadary, ficou definitivamente afastada a hipótese de Kabila encontrar alguma via alternativa que lhe permitisse voltar a candidatar-se, embora o atual Presidente da RDC é uma das grandes figuras do PPRD, pelo que é de prever que mantenha um grande controlo sobre os destinos do país.

A manutenção desta influência de Kabila será uma certeza caso Ramazani Shadary vença as eleições presidenciais. Ramazani é um dos aliados mais importantes de Kabila. Enquanto Ministro do Interior foi responsável por um dos períodos de maior repressão do regime de Kabila, que provocaram dezenas de mortos e desaparecidos, tendo sido alvo de sanções por parte da União Europeia, em maio passado, acusado de planejar e dirigir ações que violaram os direitos humanos.

Para além de Bemba, Ramazani Shadary e Moise Katumbi, as eleições presidenciais contarão com a presença de Felix Tshisekedi, filho do histórico opositor Étienne Tshisekedi.

Numa recente sondagem do Grupo de Investigação do Congo (CRG) e do Gabinete de Estudos, Investigação e Consultoria Internacional (BERCI) aos possíveis candidatos às presidenciais, Moise Katumbi e Felix Tshisekedi surgem empatados com 19% dos votos ao nível nacional. Jean Pierre-Bemba surge com 17% e Joseph

Kabila, caso pudesse concorrer, obteria 9%. No momento em que esta sondagem foi realizada ainda não era conhecida a intenção de Ramazani Shadary concorrer, razão pela qual não aparece o seu nome nas possíveis intenções de voto do eleitorado.

Independentemente de quem sejam os candidatos, as próximas eleições legislativas e presidenciais na RDC serão um momento de alta tensão política, havendo a séria possibilidade de o país poder viver mais uma época de grande instabilidade. Por outro lado, não é claro que destas eleições saia uma solução governativa estável. Devido à intricada teia de alianças e de interesses regionais e étnicos, é muito improvável que surja um vencedor suficientemente forte que se consiga impor a nível nacional.

Exemplo claro dessa fragmentação política é a realidade dos partidos políticos congolezes. Para as eleições de dezembro, de acordo com dados da Comissão Eleitoral Nacional Independente da RDC, já estão inscritos 599 partidos e 77 coligações partidárias para as eleições legislativas e 25 candidatos para as presidenciais.

[Governo Moçambicano e RENAMO Chegam a Acordo](#)

Governo moçambicano e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) assinaram, a 6 de agosto, um Memorando sobre a desmilitarização e a integração das forças do principal partido de oposição nas forças de segurança moçambicanas. Depois de resolvida a questão da descentralização, este era o ponto mais importante que faltava resolver para que ambas as partes pudessem fechar as negociações de paz.

Para operacionalizarem o acordado, as partes estipularam a criação de três grupos de trabalho conjunto, os quais irão tratar das questões relacionadas com o desarmamento e reintegração; enquadramento dos elementos da RENAMO nas forças de segurança e na polícia nacional e a monitorização e verificação. Também ficou previsto a criação de um grupo internacional com o objetivo de angariar fundos para o processo de desarmamento.

O acordo agora alcançado permitirá definir um roteiro para resolver os assuntos relacionados com o desarmamento, a desmobilização e a integração das forças do principal partido de oposição no exército nacional moçambicano. O desejável é que esta questão fique resolvida antes das próximas eleições autárquicas, previstas para outubro próximo.

Este acordo foi assinado pelo Presidente moçambicano, Felipe Nyusi, e pelo líder interino da RENAMO, Ossufo Momade, que assumiu a liderança da oposição moçambicana após a morte do seu líder histórico, Afonso Dhlakama, a 3 de maio passado.

Para além das questões relacionadas com o desarmamento e integração dos guerrilheiros da RENAMO nas forças armadas moçambicanas, o processo negocial entre as duas partes estava também focado na questão da descentralização do poder, ponto que já foi ultrapassado com a uma revisão da constituição em julho passado.

Esta revisão constitucional permitirá que, a partir das eleições de 2019, as diferentes províncias moçambicanas passem a ser chefiadas por um governador nomeado pelo Presidente da República sob proposta apresentada pelo partido que vencer as eleições na província em causa.

O governador responderá diretamente a assembleia provincial. Ao nível da província será criada ainda a figura de secretário de estado, nomeada pelo Presidente da República, que terá a missão de assegurar a realização das funções que não são objeto do processo de descentralização.

Crescimento Demográfico e Migrações em África

De acordo com dados das Nações Unidas¹, a situação demográfica em diversos países africanos, associada à falta de desenvolvimento sustentável poderá aumentar, em breve, o fluxo de imigrantes em direção à Europa.

Os países africanos continuam a registar taxas de crescimento populacional muito elevadas, ao mesmo tempo que não são criadas condições mínimas para que estas populações possam garantir a sua subsistência.

A população africana, que atualmente se situa nos 1.256 milhões de habitantes, poderá chegar aos 4.468 milhões em 2100. Este aumento fará com que em 2100 a população africana represente cerca de 40% da população mundial.

¹ **World Population Prospects – The 2017 Revision.**

https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf

Esta taxa de crescimento populacional será enorme em países como a Nigéria, que poderá exceder os 400 milhões de habitantes em 2050, ou a República Democrática do Congo que, na mesma data, poderá atingir os 378 milhões de habitantes. No que diz respeito aos PALOP, Angola poderá chegar aos 76 milhões e Moçambique aos 68 milhões de habitantes em 2050. Mesmo países muito pobres, como o Níger, poderão ver a sua taxa de crescimento populacional multiplicar por quatro até 2030 e por dez até 2050.

Este aumento populacional deve ser encarado, por um lado, como algo positivo, uma vez que é alcançado, em grande medida, devido à redução da mortalidade infantil em África graças à melhoria das condições sanitárias. De acordo com dados fornecidos pelo Banco Mundial, a taxa de mortalidade infantil em África diminuiu em 30% desde o início do século XXI.

Porém, este aumento demográfico está a criar milhões de jovens desempregados que não encontram soluções para o seu futuro, razão pela qual decidem imigrar em direção à Europa. Paralelamente muitos destes jovens são atraídos para movimentos radicais islâmicos que estão a aumentar em diversos países africanos.

Um outro problema associado a este crescimento está relacionado com o facto de se estar a assistir a um crescimento eminentemente urbano, sem que as cidades africanas tenham condições para assimilar tal crescimento.

Apesar deste crescimento, a capacidade de produção alimentar mundial tem aumentando consideravelmente, criando condições para alimentar toda a população mundial. Apesar disto, e de acordo com dados da FAO, existem atualmente mais de 800 milhões de pessoas que passam fome diariamente. Tal situação fica a dever-se aos conflitos que atingem alguns países e à pobreza que impossibilita as populações de terem os meios financeiros necessários para comprar alimentos.

[Acordo de Paz no Sudão do Sul](#)

País independente desde 2011, o Sudão do Sul tem vivido em constante instabilidade. Inicialmente foi o confronto com o Sudão que marcou essa instabilidade. A partir de 2013, foi o diferendo entre o Presidente Salva Kiir e o seu antigo Vice-Presidente, Riek Machar, que despoletou o conflito que o país tem vivido até agora.

Várias foram as tentativas feitas, com apoio internacional, para solucionar o conflito no Sudão do Sul, embora todas elas tenham fracassado com o país a regressar sempre ao conflito.

A 5 de agosto, sob mediação sudanesa e ugandesa, as partes chegaram a um novo acordo de paz, o qual prevê um período de transição de 36 meses. A assinatura deste acordo pretende pôr fim a um conflito que se arrasta há quatro anos e já provocou milhares de mortos e 4 milhões de deslocados, dos quais 2 milhões procuraram refúgio nos países vizinhos. Este conflito, alimentado por rivalidades pessoais e étnicas, arruinou a economia do país que depende fortemente da produção de petróleo.

A assinatura deste acordo foi o culminar de um processo negocial que teve várias etapas decisivas. No início de julho as partes em confronto assinaram um cessar-fogo que permitiu cessar as hostilidades e canalizar apoios para as populações atingidas não só pelo conflito, como também pelas condições climatéricas adversas que tiveram efeitos muito negativos na produção agrícola.

A 25 de julho as partes aceitaram uma solução para o conflito que passará pela criação de um governo de unidade nacional que contará com 35 ministros, 20 dos quais pertencentes aos apoiantes do Presidente Salva Kiir e os restantes 15, para os rebeldes liderados por Riek Machar.

Também ao nível do parlamento foi decidida uma divisão dos lugares dos deputados. Assim, dos 550 deputados, 332 serão para os apoiantes de Salva Kiir e 128 para os rebeldes.

Tal como em soluções semelhantes adotadas no passado, Riek Machar ficará com um dos 5 lugares de vice-presidente.

Apesar de haver um certo otimismo, interno e externo, sobre as possibilidades deste acordo ser bem-sucedido, persistem algumas dúvidas sobre a sua operacionalização. No passado, acordos semelhantes foram alcançados, embora nunca tenham durado muito tempo, com ambas as partes a serem acusadas de os violarem repetidamente.

Com o acordo assinado, há ainda várias questões em aberto, como, por exemplo, a reorganização do exército nacional, a integração dos rebeldes nas forças de segurança ou a adoção de estratégias de desenvolvimento nacional.

Para o acompanhamento da implementação do acordo de paz, será essencial o papel das Nações Unidas que mantem, desde 2011, no terreno a Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS) a qual conta com 14 mil elementos.